

CRISES ECONÔMICAS EM MARX: MÚLTIPLAS ABORDAGENS PARA FORMAS DIVERSAS DE MANIFESTAÇÃO

ECONOMIC CRISES IN MARX: MULTIPLE APPROACHES TO DIVERSE FORMS OF MANIFESTATION

Jackson Rayron Monteiro

Universidade Federal Fluminense – UFF

jacksonrayron@id.uff.br

Igor Acácio Corrêa Guimarães

Universidade Federal Fluminense – UFF

igoracguimaraes@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina a dinâmica das crises capitalistas com um referencial teórico marxista. A teorização das crises é tópico de um intenso debate dentro da tradição marxista. Apesar de as crises serem reconhecidas entre os marxistas como um fenômeno inerente ao processo de acumulação capitalista, debate-se os fatores geradores dessas crises de acumulação. O artigo levanta diferentes abordagens no marxismo para a teoria das crises, realiza-se uma discussão sobre o conteúdo das crises e autonomização do capital. Em seguida, discute-se a crise relacionada à temática da financeirização, partindo ao fim para uma breve nota sobre a crise de 2008.

Palavras-chave: formas autonomizadas; crise do capital; financeirização.

ABSTRACT

This article investigates the dynamics of capitalist crises through a Marxist theoretical lens. The conceptualization of crises remains a contested topic within Marxist scholarship. While there is broad consensus that crises constitute an inherent feature of capitalist accumulation processes, significant debates persist regarding their fundamental determinants. The study systematically examines competing Marxist perspectives on crisis theory, analyzing both the structural nature of crises and the process of capital autonomization. It then explores the relationship between contemporary crises and financialization, concluding with a brief analysis of the 2008 global financial crisis as an illustrative case.

Key words: automated forms; crises of capital; financialization.

INTRODUÇÃO

Isaac Illich Rubin , em *A Teoria Marxista do Valor*(1987), aponta no capítulo 18 dessa obra as suas investigações sobre *O Capital* de Marx a partir de teorias que ali se consolidam – teoria do valor, teoria do capital e teoria do preço de produção, última investigação de Rubin. Deste modo, ao estratificar o magnum opus de Marx a partir de teorias da sociedade burguesa, cabe-se um esforço na direção das determinações da teoria de

Marx, bem como uma investigação acerca da teoria da interrupção do processo de acumulação do capital: a teoria das crises.

O termo “teoria” em Marx, compreendido à luz do seu método, refere-se ao que pode ser sintetizado como a reprodução das estruturas e dinâmicas do objeto no plano do pensamento (NETTO, 2011). Sendo assim, uma teoria sobre a sociedade burguesa – ou teorias específicas desta sociedade – precisa capturar a partir da aparência, elemento constitutivo da realidade, também a essência do objeto e as suas determinações concretas. Portanto, a teoria das crises em Marx se empenha por apresentar as determinações concretas do processo que cria as condições de esgotamento de valorização do capital que encontra na sua superacumulação a sua forma mais geral (MOSZKOWSKA, 1978; MAZZUCHELLI, 2004).

No que tange à teoria das crises em Marx, algumas investigações se debruçaram sobre a causa determinante da crise. Neste rol, destacaram-se as teorias que tiveram como plano de fundo a Socialdemocracia alemã do século XX ancorada no Partido Social-Democrata Alemão (SPD), tais quais: o subconsumo, as desproporções e a queda da taxa de lucro (MAZZUCHELLI, 2004; CLARKE, 2020). Como veremos adiante, as causas da crise não podem ser creditadas a tais fenômenos em uma perspectiva marxista por alguns motivos: primeiro porque se tratam de fenômenos constituintes da ordem capitalista; segundo porque o referencial teórico discutido pelos seus postuladores muitas vezes se distanciaram das categorias vigentes na teoria de Marx; e terceiro porque a investigação de uma causa para a ocorrência da crise pode ser infrutífera, já que a concatenação entre causa e efeito parece estranha ao modo de exposição de Marx (CARCANHOLO, 1996; ANTUNES, 2011; BENOIT & ANTUNES, 2016).

Sem embargo, parte das preocupações no século XX sobre o desenvolvimento das crises cíclicas no campo do marxismo, quando não se circunscreveram ao nível de abstração do livro II d’*O Capital* (subconsumo e desproporção), se limitaram à seção III do livro III (“A lei da queda tendencial da taxa de lucro”), onde muitas das determinações concretas do capital não se encontram ainda desenvolvidas no interior da obra, como é o caso das formas substantivadas ou autonomizadas do capital.

As formas substantivadas do capital são parcelas do capital social total cuja funcionalidade se torna independente do movimento do capital industrial – sendo este compreendido a partir do ciclo do capital dinheiro (D – M ... P ... M’ – D’). Deste modo, somas de capital passam a operar – e se valorizar – apenas com etapas específicas desse movimento. Uma dessas etapas, por exemplo a circulação das mercadorias, pode ser operada

pelo capital comercial, como capital de comércio de mercadorias, com o movimento específico $D - M - D'$. Nessa forma, a venda autonomiza-se da produção, ao passo que os pagamentos são adiantados ao capital industrial, isto é, o capitalista produtor de mercadorias recebe os pagamentos por suas mercadorias produzidas, podendo já retornar ao circuito produtivo, independente delas, as mercadorias, passarem da esfera de circulação para a esfera do consumo. Ao comerciante, proprietário do capital comercial, fica a função de converter esse capital-mercadoria para capital-dinheiro, tendo as mercadorias a confirmação de seu valor apenas quando saírem da esfera da circulação para esfera do consumo, no emprego de seu valor de uso. Essa forma autonomizada nega a principal etapa constitutiva da valorização: a produção de valor e de mais-valor (MARX, 2017).

Ao lado do capital comercial (comércio de mercadorias e comércio de dinheiro), outras formas autonomizadas são o capital portador de juros e a sua forma desdobrada, o capital fictício. Tais formas consolidam um traço específico da produção material na sociedade burguesa que é a ânsia pela autonomização, pela negação das determinações concretas da riqueza social – característica que ganha ênfase na obra de Marx ainda no capítulo I d'O Capital, mas principalmente no capítulo III, "O Dinheiro ou a Circulação de Mercadorias". Assim, na sociedade mercantil capitalista, as formas verdadeiramente sociais tendem a negar as suas determinações materiais saltando para formas cada vez mais abstratas, porém reais, de representação dos seus respectivos conteúdos (PAULANI, 2009). Desse modo, à medida que o capital se distancia das suas condições concretas de valorização e passa a se valorizar em circuitos próprios daquelas formas autonomizadas, tem-se aí um salto do material para o abstrato, real (MAZZUCHELLI, 2004).

Ademais, as formas autonomizadas têm participação determinante na consumação das crises cíclicas, à medida que complexificam as relações sociais no âmbito da sociedade capitalista, bem como reposicionam a crise das suas possibilidades formais às possibilidades reais, como aponta Ribeiro (2008).

AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA CRISE

Em linhas gerais, a crise do modo de produção capitalista diz respeito à interrupção do processo de valorização – seja ela localizada no processo de produção ou no processo de circulação do capital – e a sua forma de manifestação mais imediata é a superprodução de capital nas suas três formas: dinheiro, produtiva e mercadoria (RIBEIRO, 2008; MARX, 2017).

A superprodução de capital, portanto, sinaliza que o capital, dentro dos seus próprios limites, se tornou excedente. Sabendo que o capital determina os seus próprios limites e sendo a taxa de lucro o principal deles, a superprodução nada mais é do que a abundância de capital sobre uma taxa de lucro que se comprime pela própria dinâmica dos capitais (MAZZUCHELLI, 2004; MARX, 2017). No entanto, a superprodução de capital, e principalmente de capital na forma mercadoria, não é e nem pode ser a causa da crise, pois além de ser um comportamento metabólico do modo de produção capitalista é condicionada por contradições inerentes ao capitalismo, sendo a principal delas o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação (CARCANHOLO, 1996; MAZZUCHELLI, 2004; RIBEIRO, 2008).

Quando se coloca a superprodução de capital como forma de manifestação e o caráter social da produção em conjunto com o caráter privado da apropriação como causa da crise, depara-se com um possível desencontro entre a inferência supracitada e a defesa que Antunes (2016) faz de que o método de exposição de Marx não incorpora a categoria causa, sendo esta incompatível com o método dialético. No entanto, a realidade do modo de produção capitalista tem apontado que a crise cíclica faz parte do seu dinamismo e que, apesar de não ser uma causa da perspectiva empírica, o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação é uma contradição do capitalismo que engendra todas as formas de manifestação da crise outrora apontadas como causas (CARCANHOLO, 1996; ANTUNES, 2011).

O rol das formas de manifestação das crises cíclicas que foram apontadas como causas no século XX perpassa o profundo debate que se realizou no interior da socialdemocracia alemã e fora dela. Tais teorias englobam a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o subconsumo, as desproporções interdepartamentais e a superacumulação como causas da crise cíclica consideradas individualmente¹ (COLLETTI, 1978; ANTUNES, 2011). No entanto, Carcanholo (1996) bem como Antunes (2011) argumentam que tais teorias se debruçaram mais sobre as formas de manifestação da crise do que sobre a causa, seja porque as categorias causa e efeito são incompatíveis com método de Marx ou porque tais formas de manifestação resultam da contradição entre o caráter da produção e o da apropriação do capital.

¹ No que tange às teorias das crises desenvolvidas por marxistas, Roman Rosdolsky (2001) argumenta que Marx não desenvolveu uma teoria plena das crises em *O Capital*. Tal teoria teria ficado para um futuro complemento da obra. A abordagem de Rosdolsky (2001) é conhecida como “teoria das lacunas” (ANTUNES, 2011; BENOIT & ANTUNES, 2016).

No que concerne aos defensores da lei da queda tendencial da taxa de juros como causa da crise, pode-se apontar Castells (1978), Grossmann (1979), Lebowitz (1976), Shaikh (1978), dentre outros (SAAD FILHO, 2011; CLARKE, 2020). Para tais autores, a queda da taxa de lucro desestimula novas inversões com possibilidades de valorização, o que resulta na crise como impossibilidade de acumulação. No entanto, Carcanholo (1996, p. 63) argumenta que “a acumulação nem sempre guarda uma relação tão direta assim com a taxa de lucro”, sendo a massa de lucro determinante tendo em vista o seu montante. Além disso, o autor aponta que a taxa de lucro é mais um indicador do que um determinante da acumulação, e que, por essas e outras razões, não pode ser a causa da crise (CARCANHOLO, 1996).

Em *A Acumulação do Capital* Rosa Luxemburgo (1985) infere a partir da análise dos esquemas de reprodução do livro II d’*O Capital* de Marx uma teoria da crise como decorrência do subconsumo – já que, em algum momento, a produção capitalista deveria atender à demanda por bens de consumo improdutivo como requisito para a realização do valor. Essa teoria de Luxemburgo (1985) colocou o imperialismo como uma necessidade do capitalismo tendo em vista a presença de mercados pré-capitalistas capazes de realizar, em última instância, os valores produzidos² (LUXEMBURGO, 1985; MAZZUCHELLI, 2004; SAES & SAES, 2013). Desta maneira, a medida que os mercados pré-capitalistas³ entrassem no circuito capitalista de produção, a contradição entre produção e realização (consumo improdutivo) ganharia maiores proporções ao ponto de o modo de produção capitalista colapsar. Sem embargo, ao colocar o subconsumo como causa da crise, Luxemburgo (1985) comete equívocos como, por exemplo, o protagonismo do consumo improdutivo sobre o produtivo na determinação da acumulação, bem como a necessidade de mediações concretas sobre a análise dos esquemas de reprodução (concorrência, crédito, formas substantivadas) que só são contempladas no livro III. Por fim, Luxemburgo (1985), assim como outros autores da sua contemporaneidade, se debruçaram mais sobre as formas de manifestação da

² A teoria do imperialismo desenvolvida por Rosa Luxemburgo (1985) em *A Acumulação do Capital* conflita com aquela desenvolvida por Lenin (1979) em *O Imperialismo*. Em Luxemburgo (1985), o imperialismo é visto como uma necessidade do capital tendo em vista a realização dos valores produzidos, o que amenizaria a situação de subconsumo. De outro ângulo, Lenin (1979) analisa o imperialismo como uma necessidade do capital não para realizar valores, mas para produzir valores – o que coaduna com um dos princípios do capitalismo apontados por Marx, a produção pela produção (LENIN, 1979; MAZZUCHELLI, 2004).

³ Os mercados pré-capitalistas são aqueles presentes em formações econômicas onde ainda não impera o modo de produção capitalista (MARX & HOBSEBAWN, 1985; SAES & SAES, 2013). Luxemburgo (1985) observou que com a generalização do modo de produção capitalista naquelas formações econômicas, o subconsumo se aprofundaria e produziria o colapso do capitalismo. Essa teoria se encontra no rol das teorias do colapso, assim como a desenvolvida por Kautsky (1978).

crise (subconsumo), do que sobre a sua causa (CARCANHOLO, 1996; MAZZUCHELLI, 2004).

À guisa de conclusão de tópico, Carcanholo (1996), bem como Antunes (2011), inferem que outros autores como Tugán-Baranovsky (1978), Hilferding (1985) e Moszkowska (1978) ao se debruçarem sobre as desproporções interdepartamentais como resultado da anarquia da produção; as desproporções interdepartamentais como resultado de perturbações no mecanismo de preços; e a superacumulação de capital, respectivamente, se comprometeram em apresentar as formas de manifestação da crise como causa da mesma, o que deixou a descoberto o principal fenômeno causador da crise: a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação⁴ (CARCANHOLO, 1996; MAZZUCHELLI, 2004).

AUTONOMIZAÇÃO DA MERCADORIA E AUTONOMIZAÇÃO DO CAPITAL

A mercadoria é, por definição em Marx, a forma assumida pelo produto do trabalho numa formação social historicamente determinada, forma que se generaliza com a eclosão da sociedade mercantil desenvolvida. Como tal, a mercadoria é uma unidade entre valor de uso (conteúdo material da riqueza) e valor⁵ (forma social da riqueza), contradição que se verifica na forma como aquele produto do trabalho está se inserindo no metabolismo social: se na esfera do consumo (valor de uso) ou na esfera da troca (valor). Portanto, ao ser utilizado como valor de uso – satisfação das necessidades imediatas – o produto do trabalho não pode ser valor, e ao ser utilizado como valor – esfera da troca – o produto deixa de ser valor uso para o seu proprietário. Sendo assim, a mercadoria encarna uma contradição de formas que necessita de resolução, superação essa que se encontra na forma equivalente geral (PAULANI, 1992; 2009; MARX, 2017).

Na equação da troca entre equivalentes, a forma equivalente geral ao assumir a capacidade de expressar o valor de todas as mercadorias que se encontram na forma relativa, se desliga do inventário daquelas que necessitam de expressão, mas ainda se encontra na esfera do consumo em algumas ocasiões. Até aqui, o equivalente geral ainda permanece

⁴ Apesar daqueles principais autores confundirem a forma de manifestação da crise com a sua causa, Carcanholo (1996) assegura que todas aquelas formas de manifestação (subconsumo, desproporção, queda da taxa de lucro e superacumulação) devem ser consideradas na formulação de uma teoria das crises, já que para tal é preciso a identificação das formas de manifestação, a definição do conteúdo do fenômeno e a explicitação da sua causa.

⁵ A teoria marxista do valor aponta que o valor, enquanto categoria presente no modo de produção capitalista, é a principal forma que assume o produto do trabalho nessa formação social. Assim, a mercadoria só se constitui como tal, à medida que tem o valor, enquanto capacidade de intercâmbio entre os produtos, como a sua principal característica, já que o valor de uso é uma realidade em todas as formações sociais pré-capitalistas

como uma unidade da contradição entre valor de uso e valor, e a resolução dessa superação só acontece quando a forma equivalente geral assume a forma dinheiro, forma social que se desliga da esfera do consumo(valor de uso) e passa a figurar como valor de troca por excelência: cristalização do trabalho humano abstrato⁶ (MARX, 2017; RIBEIRO, 2008; PAULANI, 2009).

O dinheiro, portanto, ao consolidar um processo de autonomização do valor – que se torna independente do valor de uso – dá um salto para uma determinação abstrata (valor), mas continua ligado a um conteúdo material que existe exclusivamente para a forma de meio de circulação e medida de valor das mercadorias (FAUSTO, 1983). Como meio de circulação e padrão dos preços, o dinheiro se autonomiza do concreto que a medida do valor exige, se tornando assim idealmente onipresente nas precificações do mundo das mercadorias. Como padrão dos preços, o dinheiro pode se autonomizar do processo de circulação das mercadorias e percorrê-lo em um segundo momento, ocasião onde as mercadorias já foram trocadas, e tomar a forma de meio de pagamento – forma que é pressuposto para o entesouramento e a função do dinheiro como capital (PAULANI, 1992; 2009; MARX 2017).

Durante todo o processo de desenvolvimento da sociedade mercantil capitalista, as formas sociais – as funções que o produto do trabalho precisa assumir – adotam um comportamento de autonomização dos seus conteúdos concretos saltando para determinações cada vez mais abstratas. Desse modo, ao negar a mediação imediata das trocas, o dinheiro como meio de pagamento supera a contradição entre meio de circulação e medida de valor, mas a transporta para um grau mais elevado que é a autonomização do dinheiro como capital do processo de produção. Desta maneira, ao se afastar da esfera de produção, o capital passa a negar aquilo que faz dele o seu devir: o processo de valorização na esfera produtiva. Assim, algumas formas de capital passam a se valorizar à revelia do processo de produção e passam a se responsabilizar por fases específicas do movimento do capital em geral, como é o caso do capital comercial, capital portador de juros e o capital fictício como seu desdobramento que constituem o mosaico das formas autonomizadas (substantivadas) do capital⁷ (MARX, 2017; FINE, B & SAAD FILHO, 2011).

⁶ Conforme consta no capítulo I do livro I d'O Capital, o ouro passa a assumir a função do dinheiro. Ao saltar e negar, ainda que esporadicamente, o seu valor de uso coloquial, o ouro passa a ser um valor de uso para o valor, cuja materialidade existe apenas para dar corpo ao tempo de trabalho socialmente determinado de todas as mercadorias.

⁷ Historicamente, a autonomização das formas sociais - ou verdadeiramente sociais, como discrimina Paulani (2009) – não podem ser analisadas a partir de etapas, pois o que importa não em que momento essas formas se tornaram independentes das suas determinações concretas, mas o protagonismo que cada forma assume em determinados momentos históricos. No capitalismo contemporâneo, por exemplo, o capital

A PROBLEMÁTICA DA FINANCEIRIZAÇÃO

O fenômeno da financeirização descreve uma das particularidades do capitalismo contemporâneo: preponderante e acentuada concentração de valores na esfera financeira. Outros fenômenos estão correlacionados a financeirização, como taxas de crescimento menores face ao período imediato ao pós-guerra (1950-1973), retração de direitos conquistados pela classe trabalhadora, um grande influxo de privatizações, e uma adoção do neoliberalismo como forma político-ideológica dominante. Em vista disso, economistas e pensadores buscam encontrar uma relação de determinação entre esses fenômenos.

Enquanto temática, a financeirização é fortemente debatida entre correntes diversas fora do marxismo, gerando ideias que refluem sobre autores que reivindicam Marx. Abordagens pós-keynesianas ou regulacionistas identificam no processo de financeirização, consequência de uma mudança institucional ampla, o fator causal para a retração nas taxas de crescimento dentro do capitalismo. Por exemplo, pós-keynesianos (Stockhammer, 2004) identifica na captura da gestão pelo interesse financeiro, em que os seus administradores passam a ser cooptados por interesses financeiros e não mais por uma gestão com vias a acumulação de capital “produtivo”, isto é, capital centrado na produção de mercadorias, o que levaria a um menor nível de crescimento do produto, assim como menor nível de emprego e renda. Já regulacionistas conferem a financeirização como um “regime de acumulação” liderado pela acumulação financeira (Aglietta, 2000; Aglietta; Breton, 2001; Boyer, 2000), onde a valorização do preço dos ativos torna-se a forma principal de acumulação de capital. Em outra abordagem em uma linha um pouco mais distinta, Arrighi (Arrighi, 2010 [1994]) classifica a financeirização como o estágio declinante de um regime de acumulação, como consequência da maturação e declínio da taxa de lucro na produção e comércio, parte integral dos ciclos sistêmicos no capitalismo. Nesse sentido, a abordagem de Arrighi se distancia daquela dos pós-keynesianos e regulacionistas, tendo na financeirização um desdobramento e não uma causa para a retração no crescimento.

Não obstante, o fenômeno da financeirização fora notado dentro do campo do marxismo, vide *O Capital financeiro* de Hilferding (1985). Por sua vez, (Sweezy, 1994) realiza uma discussão que daí então apontava para um aumento expressivo do capital associado a finanças, *financial capital*⁸. Harvey (Harvey, 1989) identifica não apenas uma

financeiro é quem coordena a produção e o ritmo da acumulação de capital (PAULANI, 2009; BELLUZZO, 2005).

⁸ Posteriormente, Chesnais (2016) identifica “*financial capital*” como uma denominação para o sistema financeiro como um todo, à semelhança de “capital bancário” em Marx (2017), e distintamente capital financeiro (*finance capital*), enquanto o valor atuante como capital portador de juros no sistema financeiro.

concentração de poder nas instituições financeiras, como o surgimento de novos instrumentos e produtos financeiros, colocando à flexibilização no “regime de acumulação flexível” como possibilitada pelo espraiamento global das finanças. Em outras obras, Harvey (2008, 2012) assume na financeirização um traço fundamental do neoliberalismo e um fio condutor essencial para o que chama “acumulação por despossessão”. Nesse sentido, pela disseminação financeira, restringem-se às políticas econômicas formas favoráveis à valorização financeira, sob a ameaça constante de ataque especulativo e fuga de capitais. Sobretudo, através da financeirização permite-se a exportação da desvalorização de capital através de crises locais que se tornam a oportunidade de acumulação por despossessão.

À semelhança de Harvey, Chesnais (1996, 2016) indica que no crescimento da esfera financeira, enquanto consequência da maturação do capitalismo, a agudização das disfuncionalidades do capitalismo, em um crescimento dissociado da acumulação do capital industrial. acrescenta que essa expansão financeira conduz a uma forma contraditória e li, ainda não se realizavam uma constatação como uma característica preponderante e definidora dessa etapa do capitalismo.

Por sua vez, Lapavitsas (2011), que identifica no processo de financeirização o processo de expropriação financeira, onde o valor acumulado através do sistema financeiro se caracteriza sobretudo por meio da desapropriação e endividamento da classe trabalhadora. Nesse sentido, a crise tornar-se-ia muito funcional para o processo de acumulação financeira, vez que o momento da crise favorece a desapropriação e centralização do capital através desses mecanismos. Não obstante, a categorização como proposta é passível de críticas de Fine (2013) que identifica na financeirização a supremacia do capital portador de juros sobre o processo de acumulação capitalista, em que sua lógica se dissemina por todo capitalismo. Fine ataca frontalmente a proposta da “expropriação financeira”, entendendo-a como uma confusão categorial que reduz toda a questão da financeirização à usura.

CRISES CÍCLICAS E FORMAS AUTONOMIZADAS: NOTAS SOBRE A CRISE DE 2008

Ao se autonomizar, o capital potencializa as suas contradições em dimensões cada vez mais abstratas, bem como consolida a possibilidade das crises cíclicas. Ribeiro (2008) citando Marx (2017), observa que a própria forma mercadoria enquanto unidade contraditório entre valor de uso e valor ensaia uma possibilidade formal da crise, já que ao penetrar a esfera da troca a mesma pode se realizar ou ter o seu valor de uso socialmente negado. Quando se autonomiza da mercadoria e garante o status de cristalização do valor, o

dinheiro empurra para um nível superior a possibilidade da crise, pois agora a circulação de mercadorias composta pela unidade contraditória entre compra e venda, pode ser interrompida quando considerada a possibilidade de o dinheiro se autonomizar do processo de circulação. Enquanto meio de pagamento, o dinheiro – ao se autonomizar do processo de circulação das mercadorias – mais uma vez eleva a possibilidade de crises, pois aqui a circulação de mercadorias ocorre independente da presença do dinheiro real. Desta maneira, “se essa autonomia, porém, estende-se além de certos limites, a unidade prevalecerá contra ela, violentamente, por meio de uma crise” (RIBEIRO, 2008, p. 43). No entanto, essas duas formas de crise se encontram ainda em alto grau de abstração, e só passam à possibilidade real com o capital nas suas formas autonomizadas (RIBEIRO, 1988; 2008; MARX, 2017).

Considerando enquanto formas substantivadas do capital o capital comercial (comércio de mercadorias e comércio de dinheiro), o capital portador de juros (portador da mercadoria-capital) e o capital fictício enquanto desdobramento do capital portador de juros, pode-se inferir que cada uma delas, dadas os seus mecanismos de funcionamento, aprofundam a possibilidade de crise a partir de dois desdobramentos ligados à natureza do capital: o primeiro se refere à ampliação da quantidade de capital-mercadoria lançada no mercado haja vista a participação do capital comercial enquanto comprador de mercadorias não para o consumo (esfera onde o valor de uso se desfaz juntamente com o seu valor), mas para a venda. Assim, apesar de acelerar o processo de rotação do capital que se encontra na esfera produtiva, o que possibilita o aumento da taxa de mais-valia anual, o capital comercial amplia a possibilidade real das crises ao aumentar a quantidade de mercadorias em circulação o que, nada mais do que, separar no espaço e no tempo os atos de produção e realização do valor outrora produzido (RIBEIRO, 1988; 2008).

O segundo desdobramento subsidiado pelas formas autonomizadas diz respeito à ampliação da quantidade de capital-dinheiro à disposição dos capitalistas, tendo em vista que o mesmo se coloca à sociedade como capital portador de juros (mercadoria-capital), que por si só se inclui em um circuito próprio de valorização, e se desdobra, por intermédio do processo de capitalização, em capital fictício – onde o processo de construção de capital se dá a partir da comercialização dos rendimentos que qualquer fonte proporciona. Desse modo, à medida que o capital vai se afastando da esfera produtiva, onde efetivamente acontece a valorização do valor por intermédio da produção de mais-valia enquanto fim último de sua existência, as possibilidades das crises vão se colocando em determinações cada vez mais concretas ao se ampliar o descompasso entre a produção de capital e as suas condições de realização (BELLUZO, 1987).

Como observado nos comentários supracitados, as formas autonomizadas, ao se efetuarem, resultam numa redução do tempo de rotação do capital – o tempo que o capital leva para reiniciar o seu processo de produção e circulação. A consequência imediata desse *modus operandi* tem de ser, portanto, uma aceleração da produção de capital acompanhada de uma superacumulação o que, como foi visto, tende a ser a forma de manifestação mais profunda da crise.

Enquanto consequência prática desse processo de autonomização do capital, a crise de 2007/2008 foi pedagógica ao evidenciar a aceleração de uma superacumulação de capital levada a cabo por essa redução do tempo de rotação do capital portador de juros e do capital fictício. Nas palavras de Vidotto (2008) – embora Castells (1999) também evoque o tema em seu *A Sociedade em Rede* – o agigantamento da participação das famílias estadunidenses na dimensão financeira da economia foi precedido de inúmeros afrouxamentos na legislação que permitiam a criação de fundos de pensão e a abertura, sem muitas exigências, do crédito imobiliário.

Essa abertura do crédito imobiliário – capital portador de juros – sem muitas exigências garantidoras passou a contemplar os penhorados de maior risco cuja renda era incapaz de fazer jus ao montante tomado – os subprime. No entanto, embora os subprime representassem um risco ao pagamento do empréstimo, a autonomização desse próprio capital portador de juros eliminou, ainda de forma temporária, o risco dessas operações. Essa forma de autonomização – que acelera a rotação do capital portador de juros – nada mais é que os processos de securitização das dívidas.

Ao permitir a venda, em forma de título, das dívidas dos prestatários – em grande parte subprime – a legislação bancária passou a antecipar o “recebimento” do empréstimo quando a venda daquele título de dívida se efetuava. Como consequência, o tempo de “pagamento” do empréstimo foi reduzido, o que estimulou o sistema bancário a emitir em escala cada vez crescente créditos ao público subprime dada a possibilidade de securitização.

Como postulado acima, o resultado último do processo de securitização foi a superacumulação de capital com reduzidas capacidades de realização suscitando uma contínua desvalorização desse capital enquanto a forma concreta da crise econômica que, apesar de não pôr fim ou fragilizar o capitalismo, fez o que é da natureza da crise efetivar: ser a principal contratendência à lei da queda tendencial da taxa de lucro e potencializar a capacidade de valorização do capital agora em bases predominantemente oligopolizadas – o que se verificou nos processos de fusões bancárias ocorridas não só nos EUA como em todo o globo.

CONCLUSÃO

Nesse artigo buscou-se discutir as diversas formas de abordagens teóricas dentro da teoria das crises no marxismo. O artigo buscou recuperar as discussões a respeito da temática das crises em suas diversas acepções. Apresentou-se uma crítica às acepções unilaterais da causa da crise, identificadas nas teses de subconsumo, desproporções e queda tendencial da taxa de lucro. Defendeu-se que, embora efeitos da crise de acumulação capitalista, ainda são partes chaves dentro de uma formação da teoria das crises.

Por sua vez, compreende-se que as crises relacionam-se com a financeirização no sentido de imporem uma forma de escape temporário para formas substantivas do capital no capital fictício. Por um lado, o surgimento de produtos financeiros diversos permitem a aceleração da rotação do capital. Por outro lado, a necessidade de absorção de valor se faz patente diante do capital fictício gerado, ainda que isso não represente um crescimento no valor gerado dentro do processo produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. Shareholder value and corporate governance: some tricky questions. **Economy and Society**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 146–159, 2000.
- AGLIETTA, M.; BRETON, R. Financial systems, corporate control and capital accumulation. **Economy and Society**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 433–466, 2001.
- ANTUNES, J. **Da Possibilidade à Realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O Capital de Marx**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 779. 2005.
- _____. Marx Diante da Crise do Capital. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 23, n. 33, p. 509-524, jul./dez. 2011.
- _____. **Marx e o Fetiche da Mercadoria: contribuição à crítica da metafísica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- ARRIGHI, G. **The long twentieth century: money, power, and the origins of our times**. London : New York, NY: Verso, 2010.
- BARANOVSKY, T. Estudios sobre la teoria e historia de las crisis comerciales em Inglaterra. In: COLLETTI, L. (Org). **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo XXI Editores, 1978.
- BENOIT, H. ANTUNES, J. **O Problema da Crise Capitalista em o Capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BOYER, R. Is a Finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary

analysis. **Economy and Society**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 111–145, 2000.

BRAGA, J. C. S. **A Temporalidade da Riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 401. 2000.

CARCANHOLO, M. D. **Causas e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 192. 1996.

CASTELS, M. **La Teoría Marxista de las Crisis Económicas y las Transformaciones del Capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Poá. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CHESNAIS, F. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the last global Slump**. Boston: Brill, 2016. (Historical Materialism Book Series, v. 131).

CLARKE, S. Teorias das Crises. In: FINE, B. FILHO, S. (Org). **Dicionário de Economia Política Marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COLLETTI, L. (Org.). **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo XXI Editores, 1978.

FINE, B. SAAD FILHO, A. **O Capital de Marx**. São Paulo: Contracorrente, 2011.

FINE, B. Financialization from a Marxist Perspective. **International Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 47–66, 2013.

GRESPLAN, J. **O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GROSSMANN, H. **La ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista: una teoría de la crisis**. México: Siglo XXI, 1979.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral; Maria Gonçalves. São Paulo: Aneas Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KAUTSKY, K. Teoria de las crisis. In: COLLETTI, L. (Org). **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo XXI Editores, 1978.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. **Work, Employment and Society**, Durham, v. 25, n. 4, p. 611–626, 2011.

LEBOWITZ, M. A Marx’s Falling Rate of Profit: a dialectical view. **Canadian Journal of Economics**, vol.9, n.2, 1976.

- LENIN, V. I. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. **O Capital: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. **O Capital: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **O Capital: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **Teorias Sobre la Plusvalia I**. Carlos Marx y Frederico Engels: Obras Fundamentales. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- _____. **Teorias Sobre la Plusvalia II**. Carlos Marx y Frederico Engels: Obras Fundamentales. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- _____. **Teorias Sobre la Plusvalia III**. Carlos Marx y Frederico Engels: Obras Fundamentales. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- MAZZUCHELLI, F. **A Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 185. 2004.
- MOSZKOWSKA, N. **Contribución a la Crítica de las Teorias Modernas de las Crisis**. México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- PAULANI, L. M. Autonomização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.29, 2009, p.25-31.
- _____. **Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito**. Tese (Doutorado em Economia) – IEP/USP, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 211. 1992.
- RIBEIRO, N. R. **A Acumulação do Capital no Brasil: expansão e crise**. Tese (Doutorado em Economia), Instituto Superior de Economia. Lisboa, p. 668. 1988.
- _____. **A Crise Econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- RIBEIRO, N. R. BRANCO, J. F. MENDONÇA, A. PIMENTA, C. CASTRO, A. **O Marxismo no limiar do ano 2000**. Lisboa: Editorial Caminho, 1985.
- ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Polis, 1987.
- SAAD FILHO, A. **O Valor de Marx**. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.
- SAES, F. A. M. SAES, A. M. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013. São Paulo, Ed. Unesp, n.29, 2009, p.25-31.

SHAIKH, A. An Introduction to the History of Crisis Theories. In: U.S. **Capitalism in Crisis**. The Union of Radical Political Economics, 1978.

STOCKHAMMER, E. Financialisation and the slowdown of accumulation. **Cambridge Journal of Economics**, [s. l.], v. 28, n. 5, p. 719–741, 2004.

VIDOTTO, C. O espectro de Keynes ronda a América: hipotecas, securitização e crise financeira nos Estados Unidos. In: SICSÚ, J. VIDOTTO, C. (Org). **Economia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.